

POLÍTICA E CIÊNCIA NA QUESTÃO DO CÔA*

por

João Zilhão**

Entre os partidários da barragem do Côa começa a ser utilizada, embora ainda em surdina, a tática de pôr em causa a credibilidade dos arqueólogos que têm vindo a defender a paragem das obras e a transformação da região num Parque Arqueológico com o argumento de que, na verdade, ninguém sabe muito bem qual a real antiguidade da arte rupestre aí descoberta e que, se calhar, as gravuras até nem são paleolíticas...

O mote foi dado, logo em princípios de Janeiro, nas declarações prestadas à RTP por um suposto especialista espanhol de arte rupestre (que, aliás, é completamente desconhecido em Espanha). Segundo ele, as gravuras tinham de ser póspaleolíticas, porque a fauna representada (cavalos, auroques, cabras e veados) não incluía as espécies extintas características do Paleolítico Superior (bisonte, mamute, rinoceronte lanígero, rena). A enormidade do disparate é evidente. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de informação acerca do assunto sabe que as espécies mais bem representadas em toda a arte parietal paleolítica são precisamente o cavalo e o auroque! Se as premissas do raciocínio fossem válidas, a famosa gruta de Lascaux também seria póspaleolítica...

A ausência no Côa das referidas espécies extintas nada tem de surpreendente: o mesmo acontece na arte parietal e móvel paleolítica do sul de Espanha, e explica-se pela simples razão de que elas não habitavam estas regiões. Em todas as jazidas paleolíticas de gruta (as únicas em que os restos ósseos se preservam sempre) até hoje conhecidas em Portugal, seja na faixa litoral entre Tejo e Mondego seja em Trás-os-Montes, nunca foi encontrado um único resto ósseo de bisonte, rena, mamute ou rinoceronte lanígero. Como podiam os artistas do Côa ter representado animais que não conheciam?

* Publicado no jornal *Público* de 13-06-1995.

** Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Presidente da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Membro do Conselho Permanente da Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques (UISPP).

Em dois recentes programas da SIC (Tostões e Milhões de 31/5, e debate sobre a barragem a seguir ao Telejornal de 4/6) tivemos oportunidade de assistir à ressurreição do argumento, desta vez na boca de responsáveis do governo e da EDP, e de comentaristas especializados em assuntos económicos. Por coincidência, ou talvez não, isso acontecia na mesma altura em que os jornais (*Público* de 31/5, por exemplo) noticiavam que, contratados pela EDP, alguns especialistas estrangeiros em datação directa de gravuras rupestres tinham estado no Côa a recolher amostras.

A realização de tais trabalhos é obviamente necessária, mas está longe de constituir a prioridade do momento. A atribuição da maioria das gravuras ao Paleolítico Superior que, com base em critérios estilísticos, tem sido proposta por todos os especialistas que já visitaram o sítio, deve ser considerada como um dado adquirido. Esses critérios estão comprovados por um século de investigação e, no caso das pinturas de grutas cujo pigmento foi datado pelo radiocarbono, a atribuição estilística ao Paleolítico Superior, entre 30.000 e 10.000 anos antes do presente, tem sido sempre confirmada pelas datações absolutas. A importância científica e patrimonial das gravuras do Côa advém de serem paleolíticas, isto é, de pertencerem ao primeiro ciclo artístico da História, a uma época em que se pensava que a arte parietal apenas era feita nas cavernas, e que elas vêm demonstrar definitivamente que era também (e, provavelmente, sobretudo) feita ao ar livre; e não é diminuída pelo facto de terem 10.000 em vez de 20.000 anos, ou aumentada pelo facto de terem 30.000 em vez de 20.000.

A pressa com que a EDP procurou levar a cabo os referidos trabalhos de datação directa só pode por isso resultar de uma motivação mais política do que científica, e revela uma percepção errada do valor históricocultural do vale do Côa. A antiguidade paleolítica de uma grande parte da sua arte é com efeito apenas um dos aspectos que lhe confere um carácter único. O outro é o de o vale conter igualmente imagens da Pré-história recente (Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro) e, portanto, corresponder a uma espécie de «galeria de arte» natural onde é possível, tendo como referencial um espaço que, no essencial da sua topografia, pouco ou nada parece ter mudado nos últimos 20.000 anos, observar a forma como a expressão gráfica das ideias evoluiu ao longo do tempo, e a relação dessa evolução com as modificações ocorridas no povoamento humano da região.

Mesmo admitindo, por absurdo, que venha a acabar por se concluir que a grande maioria das gravuras são afinal póspaleolíticas, isso em nada diminuiria a importância que o sítio tem sob este último ponto de vista. A determinação de qual é a percentagem exacta das gravuras que são efectivamente paleolíticas (e a cronologia exacta da sua criação), e qual é a das que são póspaleolíticas, sendo certamente de um enorme interesse científico, é por isso irrelevante para a decisão

política que tem de ser tomada: a de construir ou não construir a barragem. Quaisquer que sejam essas percentagens, o sítio não pode deixar de ser preservado como um valor patrimonial e cultural que pertence a toda a Humanidade, e que o Estado português não tem o direito de destruir.

A via escolhida pela EDP para determinar a cronologia da arte do Côa, sendo a que eventualmente permitirá obter «números» mais rapidamente e, portanto, a que mais útil se pode vir a revelar do ponto de vista dos interesses políticos da empresa, não é por outro lado nem a melhor, nem a mais indicada, do ponto de vista científico. De facto, os métodos usados pelos especialistas contratados pela EDP ainda estão em fase experimental de desenvolvimento, e os resultados que através deles se obtiverem, quaisquer que eles sejam, necessitarão sempre de confirmação independente. Por outro lado, tendo as figuras, ou pelo menos algumas delas, sido reavivadas ao longo do tempo, esses resultados dirão em qualquer dos casos respeito apenas à última vez que isso foi feito, não ao momento em que as gravuras foram criadas.

No que respeita a este último, a via mais promissora de abordagem do problema seria a da escavação dos depósitos quaternários da Penascosa, em Castelo Melhor. Neste sítio há figuras soterradas, o que significa que é possível, através do método OSL (Optically Stimulated Luminescence), datar o momento em que se depositaram as areias que as cobrem e, portanto, obter uma idade mínima para as gravuras. O facto de haver figuras enterradas implica ainda que a superfície original a partir da qual elas foram executadas se situe a cota inferior à actual (provavelmente 12 m mais abaixo). É muito possível que a acumulação de sedimentos entretanto sobrevinda tenha conservado mais ou menos intacta essa superfície. A escavação desta última poderia portanto permitir também a descoberta de vestígios arqueológicos (porventura ligados à execução das próprias gravuras) através dos quais fosse possível chegar a uma cronologia mais precisa da arte rupestre.

A estratégia que aqui se sugere impor-se-ia naturalmente a qualquer arqueólogo experimentado que tivesse um conhecimento directo das problemáticas e dos sítios. O que é surpreendente, por isso, é que ela não esteja a ser executada. Mais surpreendente ainda é que, ao mesmo tempo que se continuam a gastar rios de dinheiro com as obras, e com a contratação dos especialistas em datações directas, aquela que devia ser, essa sim, a prioridade fundamental — o levantamento sistemático dos vestígios existentes no vale — continue por realizar: segundo um dos consultores nomeados pelo IPPAR para o Côa, António Martinho Baptista, não há qualquer actividade de prospecção em curso, e a situação atingiu um ponto tal que o mesmo se vê obrigado a declarar à imprensa que «eu só não me vou embora por uma questão cívica» (*Público* de 31/5).

Assim, enquanto a paralisia do IPPAR se agrava, é a Administração da EDP

que decide quais são as prioridades da investigação arqueológica do Côa, é ela quem decide o que se faz, como, onde, e por quem. Como é óbvio, fá-lo em função dos seus próprios interesses. Assim, o dinheiro que em teoria afirma ter disponível para promover o «estudo» e a «preservação» das gravuras, na prática só é gasto onde pensa poder vir a obter argumentos políticos para continuar as obras: em experiências de corte de rochas que mantenham em aberto a «alternativa Abu Simbel»; e em ensaios de datação física que eventualmente lhe permitam pôr em causa a credibilidade científica dos arqueólogos e, por essa via, lançar a confusão sobre a real importância do sítio.

Com que qualificações, e com que mandato, a Administração da EDP dirige os trabalhos arqueológicos do Côa, em vez de promover a constituição de uma Comissão Científica Independente, conforme lhe foi recomendado em Dezembro passado pelo seu próprio Conselho Ambiental, não se sabe. Em qualquer dos casos, esta é uma situação que já é considerada escandalosa nos meios científicos internacionais ligados à arqueologia, e que levanta, em relação aos especialistas em datações directas que aceitaram a encomenda da EDP, graves questões de ordem deontológica, que os arqueólogos portugueses não deixarão de suscitar nos foros apropriados.

Passados seis meses sobre o anúncio oficial da existência da arte paleolítica do Côa, continuamos pois à espera de iniciativas válidas e de boa fé para que, independentemente da decisão final que venha a ser tomada sobre a barragem, o monumento seja estudado com os meios que a sua grandeza requer. Até quando permitirão os cidadãos portugueses, cujos impostos sustentam a hierarquia do IPPAR, e cujas contas de electricidade alimentam os orçamentos sumptuários da EDP, que esta vergonha continue?